

Os estudos gramaticais têm adquirido vários contornos históricos, segundo a perspectiva sob a qual são enfocados. Disse Meillet certa vez que "Chaque langue a la grammaire de sa philosophie"; no que tinha plena razão. Assim é que vemos a gramática ter base literária na Grécia antiga (*tékhnē grammatiké*), metafísica na Idade Média (*grammatica speculativa*), logicista no período clássico na Idade Moderna (*grammaire raisonnée*), positivista durante o século dezanove e parte do vinte (*gramática histórica/gramática expositiva*), estruturalista depois da Primeira Guerra Mundial (*gramática estrutural*), gerativista depois da Segunda Guerra Mundial (*gramática gerativa*). Atualmente o interesse de lingüistas das novas e novíssimas gerações se desvia do objeto *langue* para o objeto *discurso*, sem muito êxito, aliás, do ponto de vista dos resultados.

Este livrinho do Prof. Kehdi (o diminutivo é puramente quantitativo) se situa na linha estruturalista. Coloca-se naturalmente no plano sincrônico; adverte contudo que "o conhecimento dos mecanismos de funcionamento de um idioma no seu **aqui e agora** deve anteceder as explicações de caráter histórico, indiscutivelmente necessárias e esclarecedoras, mas que devem ser invocadas num segundo momento" (p. 9).

Para o acompanhamento doutrinário do texto, há necessidade de contato com certas posições taxionômicas do A. É o caso, p. ex., da distinção entre **vocábulo** e **palavra**, constante da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que o A. prefere não levar em conta (p. 10). Todavia a distinção parece-me útil; a conceituação de vocábulo como a base fônica da palavra facilita a definição desta última. Assim, **manga** "parte do vestuário", "fruto comestível" ou "cobertura de vidro" é sempre o mesmo vocábulo. Trata-se, no entanto, de três palavras diferentes, pois estas se distinguem pelo valor semântico.

Parte o A. a seguir em busca da unidade mínima da Morfologia. E a encontra no **morfema**, que define como "unidade mínima significativa, depreendida por comutação" (v. Vocabulário Crítico). Contudo, como o próprio A. salienta, o morfema pode ter valor lexical ou gramatical, e portanto há que distinguir entre o morfema lexical e o m. gramatical. O primeiro tem recebido, e se vai generalizando, a designação de **lexema**.

Para o segundo, o termo correspondente **gramema**, cunhado por Pottier, não tem logrado a mesma aceitação. Cremos, pois, que, como se trata de Morfologia e não de Lexiologia, seria bom ter-se destacado que o trabalho só iria ocupar-se com o morfema *stricto sensu* (morfema gramatical) e não com o morfema *lato sensu* (morfema gramatical e morfema lexical).

Também teria sido interessante pequena digressão sobre o conceito de Morfologia. A palavra como termo técnico de natureza gramatical, é tardia. Foi empregada pela primeira vez, diz-nos Werner Welte, em sua *Lingüística Moderna. Terminología y Bibliografía* (trad. esp. de 1985), aproximadamente por 1830, em Biologia; daí foi que passou para a Lingüística. Anteriormente (gregos, romanos, modistas) usavam de expressões como **Analogia** e **Etimologia** para designar essa parte da Gramática, sem muito rigor, aliás. Ainda a *Gramática de la Lengua Española*, da Academia Española, edição de 1931, divide a sua exposição em quatro partes, a saber:

Analogía, Sintaxis, Prosodia e Ortografía. E assim define **Analogía**: "parte de la Gramática que enseña el valor de las palabras consideradas aisladamente, con todos sus accidentes" (p.9).

P.H. Matthews, apoiando-se no *The Oxford English Dictionary* (a mesma fonte de que se valeu Werner Welte), põe nos anos de 1860 as primeiras referências ao sentido lingüístico de "morfologia". Note-se que o livro de Bopp com que se inaugura a Lingüística histórico-comparativa é de 1816. Matthews contenta-se, não muito originalmente, em definir a Morfologia como "aquele ramo da Lingüística que se ocupa com as 'formas das palavras' nos seus diferentes usos e contruções" (*Morphology*, 1982: 3). Tendo em vista o que se tem dito e refletido a respeito do tema, arrisco-me a propor a seguinte definição: "parte da Lingüística que se ocupa com o estudo do morfema gramatical, quer no plano paradigmático, quer no sintagmático". Dividir-se-ia assim em **Morfêmica** (plano paradigmático) e **Morfotática** (plano sintagmático).

O livro do Prof. Kehdi se ocupa com a Morfologia paradigmática: morfes e alomorfes, e tipos de morfemas segmentais (sufixos, desinências, vogais temáticas). A classificação funcional dos morfemas (com exceção dos alternativos) já é sintagmática. Parece-nos também que o morfema zero ficaria melhor no plano paradigmático.

A noção de "morfema" também enseja algumas rápidas considerações. Na verdade, o morfema, tal como o fonema (não esqueçamos que o modelo de análise estrutural da Morfologia foi buscado à Fonologia) é uma forma ideal; o que encontramos na realização verbal são, concretamente, os morfes (compare-se com a distinção entre fonema e fone). É hábito, como faz o Prof. Kehdi, tomar, em função de determinados critérios, um dos morfes como a **forma básica** e selecioná-lo com o **morfema**; as outras formas porventura ocorrentes seriam **variantes** ou **alomorfes**. Assim o plural dos nomes em português se faz correntemente com o acréscimo do fonema /s/: **casa/casas, pé/pés, irmã/irmãs, jovem/jovens, chão/chãos**, etc. Todavia, se o radical termina em **-r** ou **-z**, o plural tomará **-es**: **mares, cruzeiros**. Dir-se-á então que {s} é o morfema de formação do plural dos nomes em português; note-se que essa representação gráfica inclui as variantes, pois o morfema é uma entidade ideal (para o pl. dos nomes de radical em **-r** ou **-z**, há, como se sabe, outra interpretação).

A caracterização do morfema zero também deixou-me dúvidas. Parece-me que em ptg. tal morfema é sempre desinencial; por conseguinte, em casos como **fiel/fielmente**, não se pode cogitar da (in)existência do morfema zero, uma vez que **-mente** é sufixo derivacional e não forma de flexão. Destarte, quando se passa da classe das palavras variáveis para a das invariáveis (v. a condição 3 da p.24), deixa de entrar em cogitação a presença ou ausência de morfemas desinenciais.

No caso de paroxítonos em **-s**, quer em adjetivos (simples), quer em substantivos (**pires**), também não me parece econômico falar em alomorfe zero, na esteira de Mattoso Câmara Jr. E a razão é que um morfe ou alomorfe zero deve pressupor, por oposição, um morfe ou alomorfe não-zero. No caso, portanto, julgo mais simples considerar nomes como **pires, ourives** e quejandos palavras-radicaís. Relembre-se que no português antigo ocorriam os plurais **alferezes, ourivezes, simplezes** (à época, como se sabe, à distinção gráfica entre **s** e **z** correspondia variação na pronúncia).

A respeito de alomorfes em distribuição complementar, o Prof. Kehdi (p. 19) admite uma variante **migo** em face da forma básica **mim** quando a regência é da preposição **com** (no que acompanha a M. C. Jr.). Parece-me levar longe demais o

princípio da intervenção "necessária e esclarecedora" do fator diacrônico na explicação sincrônica. **Migo** não existe como forma isolada no português moderno; não há, pois, como ressuscitá-la. **Comigo, contigo, consigo** são atualmente palavras indecomponíveis. E por que não incluir **contigo, consigo, conosco, convosco**?

Em discordância com Mattoso Câmara Jr., conclui o A. que "a flexão de gênero não se reduz a uma oposição \emptyset /**-a**, e, sim, a uma oposição **-o/-a**" (30-31). De fato tal análise está mais afinada com o sentimento lingüístico do falante, que vê em **o** e não em \emptyset a marca do gênero masculino em português.

Em relação às flexões verbais, admite o A., agora acompanhando M. C. Jr., que a desinência modo-temporal do pret. impf. do ind. da 2ª a 3ª conj. é **-ia-** (**devias, partias**). Na verdade é somente **-a-**, o **i** pertence ao tema, é vogal temática foneticamente condicionada na 2ª conjugação.

Também julgamos que, no pret. perf., a des. MT é sempre zero; na 3ª pess. pl. a des. NP toma a forma **-ram**.

No tocante ao apartado "vogais e consoantes de ligação", tema que está a pedir estudo mais desenvolvido, recordamos quanto aos adjetivos terminados em **-io**, o exemplo **pio** (com **i** tônico), de que temos o derivado **piadade**, arc., cláss. e pop., além do verbo **apiadar** e do adj. **piadoso**.

No capítulo sobre **Classificação de morfemas**, o A. inclui os morfemas **reduplicativos**. Estaria dispensado de fazê-lo, pois, conforme ele próprio nos diz, "A língua portuguesa não apresenta morfemas reduplicativos". O que existe realmente é o emprego estilístico da reduplicação, quer com caráter afetivo, quer intensivo: **vovô, vovó, titia, babá**, ou em frases do tipo **o dia está lindo, lindo**. Recorde-se aquilo de Castro Alves: **Teus olhos são negros, negros, / Como as noites sem luar ...** (O gondoleiro do amor).

Na **Conclusão**, o A. põe de relevo alguns pontos da sua exposição para os quais assumiu uma posição de natureza crítica. Presta igualmente a Mattoso Câmara Jr. a devida justiça, ao apontá-lo como um pioneiro da renovação dos estudos morfológicos entre nós, aos quais procurou dar coerente fundamentação lingüística.

Este pequeno livro, da série "Princípios" da Ática, consegue, em menos de cem páginas, compendiar, com segurança e clareza, as mais relevantes aquisições do Estruturalismo no campo da Morfologia. De assinalar a não rejeição da diacronia, reiterada na Conclusão (p. 48). As observações que fizemos pautaram-se umas em questões de ordem geral, pois pensamos que a teoria gramatical da Morfologia ainda está em seus começos; outras são de caráter opinativo. O que mostra, em resumo, a qualidade do livrinho, que ensina e leva à reflexão.

Silvio Elia
